

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER

Dificuldades e elementos priorizados no planejamento tributário:

Análise a partir da percepção dos profissionais da contabilidade

Por Maiane Barbosa, Stephanie Maciel Riechter, Antônio Nadson Mascarenhas Souza e Alison Martins Meurer



Conversa Afinada

Professor Dr. José Antônio
de França

Exclusiva Abracicon

Nível de conhecimento dos
estudantes de Ciências
Contábeis sobre a demonstração
do valor adicionado

Perfil

Joaquim de Alencar
Bezerra Filho

Nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis sobre a Demonstração do Valor Adicionado



Resumo: O objetivo deste estudo foi verificar o nível de conhecimento de estudantes de Ciências Contábeis sobre a Demonstração do Valor Adicionado. Para tal, realizou-se um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, utilizando-se da técnica *survey* para coleta de dados. A amostra da pesquisa foi composta por estudantes do 6º, 8º e 10º períodos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe, no campus de Itabaiana, localizado no agreste do estado. No questionário seria possível que os estudantes alcançassem 10 pontos, caso acertassem todas as questões. No entanto, os estudantes alcançaram uma média de 5,27. Em outras palavras, há um baixo conhecimento dos discentes

sobre o demonstrativo em questão. Ao realizar a análise inferencial, constatou-se que não havia diferenças entre os grupos da amostra nos seus níveis de conhecimento sobre a Demonstração do Valor Adicionado. Constatou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os participantes da pesquisa, quer por gênero, período do curso, situação profissional, nem por percepção do autoconhecimento. Em outras palavras, estudantes de ambos os gêneros possuem o mesmo conhecimento sobre DVA, o período não exerce influência, ou seja, os alunos mais avançados no curso não apresentaram

um aumento na *expertise* sobre a temática; o fato de o discente trabalhar ou não na área também não agregou mais familiaridade com a temática; nem o fato do discente acreditar que sabe mais ou menos sobre o assunto interferiu no seu nível de acerto das questões.

Palavras-chave: Conhecimento. Demonstração do Valor Adicionado. Ensino Superior. Estudantes.

01 - INTRODUÇÃO

A Contabilidade possui o objetivo de fornecer aos seus usuários informações úteis para que tomem decisões. No entanto, sendo observada enquanto ciência social, a Ciência Contábil possui o desiderato de mediar o chamado conflito distributivo, visando pensar em uma forma de distribuir os recursos entre toda a comunidade, sendo, assim, uma ciência que não é partidária nem ao estado, nem aos detentores de capital, fator trabalho e recursos naturais (RIBEIRO FILHO et al. 2019)

Nesse contexto surge a Demonstração do Valor Adicionado, a qual tem como objetivo apresentar como a empresa tem distribuído a riqueza gerada pela mesma (PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL 09). Tal relatório pode ser considerado uma iniciativa da contabilidade em fornecer informações que auxiliam no arbitramento do conflito distributivo (MACÊDO et al., 2008).

No entanto, é de suma importância que o profissional contábil conheça tal demonstrativo para que venha a elaborá-lo da forma exigida pelas normas e que ao mesmo tempo forneça ao usuário

da informação contábil aquilo que ele precisa para tomar suas decisões. Diante desse contexto, é imprescindível que o conhecimento necessário para que o profissional exerça seu papel de elaborador das informações contábeis seja repassado durante a graduação, de forma que o discente se torne um contador com expertise para sua plena atuação no mercado de trabalho (GALVÃO et al., 2019).

Com isso, surge o seguinte questionamento: **Qual o grau de conhecimento dos estudantes de ciências contábeis quanto à Demonstração do Valor Adicionado?**

Diante dessa perspectiva, o objetivo do presente estudo é verificar qual o conhecimento que estudantes de ciências contábeis possuem sobre a Demonstração do Valor Adicionado.

A pesquisa será relevante por trazer um panorama de como está o saber dos alunos sobre o referido conteúdo, auxiliando os docentes da área a preparem aulas focadas nas deficiências dos estudantes, de modo que as lacunas no conhecimento possam ser

preenchidas a tempo, evitando-se assim danos futuros no exercício profissional. A pesquisa também terá valor para os próprios discentes, pois assim estes poderão verificar o que eles sabem sobre o demonstrativo objeto deste estudo e, assim, buscar ampliar seu entendimento. O estudo também será relevante para que Conselhos Regionais de Contabilidade busquem capacitar melhor os futuros profissionais por meio de cursos e palestras que evidenciem na prática os pontos importantes sobre o relatório citado, apoiando assim as instituições de ensino na melhoria da aprendizagem dos conteúdos inerentes à Ciência Contábil.

O estudo está dividido em cinco seções, sendo esta uma introdução onde foi apresentado o contexto da pesquisa e seu objetivo. Em seguida foi discutida a revisão de literatura com os tópicos necessários para uma melhor compreensão do trabalho. A terceira seção trata da metodologia, ou seja, os passos necessários para a execução do artigo. A quarta seção evidencia os resultados alcançados, sendo a última seção aquela que relata as conclusões do estudo.

02 - REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: CONCEITOS BÁSICOS

A DVA surgiu durante a década de 1970 na Europa como parte integrante do Balanço Social. Devido às pressões provocadas por movimentos sociais em países como Alemanha, França e Inglaterra, foi aprovada em 1977, na França, a Lei n.º 77.769, na qual instituía, de maneira obrigatória para as empresas com mais de 299 funcionários, o Balanço Social (SANTOS, 2007).

Na visão de Melo et al. (2017), o Balanço Social surgiu da necessidade das empresas demonstrarem o impacto social direto ou indireto no meio em que estavam inseridas, apresentando como contribuíam para o desenvolvimento econômico, social e com o meio ambiente.

Como dito anteriormente, a DVA surgiu nos anos de 1970 na Europa, popularizando-

se principalmente no Reino Unido. No Brasil, esta demonstração tinha sua apresentação em caráter voluntário até 2008. No entanto, com a edição da Lei n.º 6.404/1976 pela Lei 11.638/2007, a Demonstração do Valor Adicionado passou a ter sua apresentação obrigatória para as empresas de capital aberto. Isso demonstra a grande importância dada a prestação de contas das ações das

entidades no campo ambiental e social. O Pronunciamento Contábil 09 - Demonstração do Valor Adicionado – define que valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, geralmente medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros, além da riqueza recebida mediante terceiros, descrevendo minimamente como é feita a distribuição. Segundo Machado, Macedo e Machado (2015), a DVA é um demonstrativo que tem por finalidade demonstrar o valor adicionado gerado pela entidade e como esse valor é distribuído entre todos que se esforçaram para sua criação.

Já para Kroetz e Neumann (2008), por meio da Demonstração do Valor Adicionado, nota-se como cada empresa contribui economicamente para a formação do Produto Interno Bruto (PIB). Além de proporcionar uma visualização e interação da empresa com seus agentes interessados, os *stakeholders*. Deste modo, a DVA é uma demonstração que visa evidenciar de maneira detalhada a geração e agregação de valor aos bens e serviços e como estes são divididos entre as partes relacionadas com a entidade.

O CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado – apresenta a DVA composta

por 8 tópicos, evidenciando como a riqueza é constituída e sua distribuição. Os tópicos desse demonstrativo são: Receitas; Insumos adquiridos de terceiros; Valor Adicionado Bruto; Depreciação, Amortização e Exaustão;

Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade; Valor Adicionado recebido em transferência; Valor Adicionado a distribuir; Distribuição do Valor Adicionado. O quadro 1 resume cada uma das partes deste demonstrativo.

Quadro 1 – Resumo das seções da DVA.

Fonte: Adaptado do Pronunciamento Contábil 09.

Seção da DVA		Conceitos básicos	
Receitas		Neste primeiro tópico, são apresentadas inicialmente as receitas da atividade principal da entidade, provenientes da venda de produtos, mercadorias e prestação de serviços, incluídos os tributos incidentes sobre estas operações. Em seguida, são informadas as outras receitas, as quais terão o mesmo tratamento das citadas anteriormente. Neste item se encontram as receitas que não fazem parte da atividade principal da entidade, excluindo as receitas financeiras e advindas de equivalência patrimonial. Por fim, tem-se a Constituição/Reversão de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa.	
Insumos adquiridos de terceiros		O custo com produtos, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros, diferentemente do que é visto na Demonstração do Resultado (DRE), na DVA este é composto pelo valor de compra da matéria-prima, produtos e/ou de mercadorias, incluídos os impostos recuperáveis ou não (ICMS, PIS, COFINS e IPI) no custo do produto vendido, das mercadorias vendidas e dos serviços prestados. Depois dos custos dos produtos, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros, tem-se os custos relativos a Materiais, energia, serviços de terceiros e outros custos. Neste item são registradas as despesas relativas a utilização desses bens e utilidades, as quais contribuirão para a geração de receitas e manutenção da atividade da empresa. Logo após, devem ser registradas as Perdas e Recuperação referentes a valores de ativos (imobilizados, intangíveis e investimentos), obedecendo o CPC 01 – Valor recuperável de ativos.	
Valor Adic. Bruto		É a diferença entre as Receitas produzidas pela entidade e dos Insumos adquiridos de terceiros.	
Depreciação, Amortização e Exaustão		Neste tópico, são apresentados os valores referentes a Depreciação, Amortização e Exaustão do período.	
Valor Adic. Líq. produzido pela entidade		O Valor Adicionado Líquido é obtido através do Valor Adicionado Bruto subtraído das despesas com Depreciação, Amortização e Exaustão.	
Valores Recebidos em Transferência		Representa as receitas auferidas que não fazem parte da atividade principal da empresa e aquelas que são recebidas por participação em outras entidades. Podem se dividir entre: - Resultado em equivalência patrimonial: é resultante da participação no capital de outras empresas, podendo ser positivo ou negativo. - Receitas financeiras: representam as receitas advindas de investimentos em instrumentos financeiros e variações cambiais ativas. - Outras receitas: são aquelas que não se encaixam nas receitas citadas anteriormente, tais como: aluguéis, dividendos de investimentos avaliados pelo custo, direitos de franquias, entre outras.	
Valor Adic. a Distribuir		É a soma do Valor adicionado líquido produzido pela entidade e os Valores Recebidos em Transferência.	
Distribuição do Valor Adicionado		A distribuição do Valor Adicionado é dividida em 4 tópicos: - Pessoal: São as despesas relativas a remuneração dos empregados (salários, décimo terceiro, férias, horas extras, e outros), os benefícios concedidos (alimentação, transporte, assistência médica, e outros) e o FGTS. - Impostos, taxas e contribuições: são relativos aos tributos que a empresa está sujeita a pagar ou recolher, dividindo pela competência de cada tributo. Neste tópico, apenas serão considerados os valores que foram repassados a União (INSS, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IPI), aos Estados (ICMS, IPVA) e Municípios (IPTU, ISS). - Remuneração de capital de terceiros: neste tópico são discriminados os valores pagos em aluguéis, royalties, direitos autorais, franquias e outros. - Remuneração de capitais próprios: são referentes às quantias pagas em Juros sobre capital próprio, dividendos e os lucros que foram retidos pela entidade.	

2.2 ESTUDOS ANTERIORES

Quanto aos estudos no âmbito nacional, cita-se o estudo de Galvão et al. (2018), que teve por objetivo identificar o nível de conhecimento de estudantes de administração quanto à finalidade das demonstrações contábeis obrigatórias no Brasil investigando se existe associação entre o perfil do estudante e seu nível de conhecimento. Por meio de um questionário on-line foi percebido um maior número de acertos sobre conteúdo das demonstrações correspondentes ao balanço patrimonial e um menor número para a demonstração do valor adicionado (DVA), sendo que 66,7% da amostra estudada erraram o conceito de tal demonstrativo. Destacou-se que o balanço patrimonial já havia sido estudado pela maior parte dos estudantes participantes da pesquisa (92,2%), seguida pela demonstração do resultado (87,4%) e da demonstração dos fluxos de caixa (72,5%). Um resultado intrigante foi no tocante à autoavaliação sobre o conhecimento que os estudantes percebem que tem acerca dos demonstrativos contábeis. Esse foi significativo para explicar o nível de conhecimento da demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, notas explicativas e demonstração do Resultado abrangente. Analisando a relação de autoavaliação com o número de acertos, entenderam que quanto maior é a percepção do aluno sobre seu próprio conhecimento acerca dos demonstrativos contábeis, maior é a sua propensão a acertar tais conceitos.

Já Feil et al. (2015), por sua vez, buscaram identificar o nível de conhecimento dos profissionais da contabilidade acerca da contabilidade ambiental. A pesquisa realizada com os 47 profissionais revelou que o nível de conhecimento sobre a contabilidade ambiental era de 17,5%. A comparação

das medianas comprovou existir um nível de conhecimento sobre o tema maior nos profissionais da contabilidade do sexo masculino em relação ao feminino e dos técnicos em contabilidade em relação aos contadores no que diz respeito ao balanço social, resíduos empresariais e sustentabilidade e gestão ambiental. Os autores concluíram também que o nível de conhecimento do profissional da contabilidade se relaciona com sua participação em eventos de temáticas específicas.

Galvão et al. (2019) direcionaram mais um estudo, desta vez com o objetivo de verificar se os estudantes dos 4º, 6º, 8º e 10º período de Ciências Contábeis de uma universidade pública localizada no agreste do Estado de Sergipe conheciam a estrutura e finalidade das demonstrações contábeis obrigatórias. Notaram que a maioria dos alunos consideraram possuir conhecimento mediano quanto ao conceito e finalidade dos demonstrativos e, por outro lado, verificou-se que os alunos mostraram ter mais clareza sobre o conceito do Balanço Patrimonial, DRE, DFC, DMPL e Notas Explicativas. Já no tocante à DVA, DRA e DLPA, foram os relatórios que a maioria mostrou ter menos conhecimento, tendo em vista que a maioria da amostra ainda não teve contato com tais demonstrativos.

Já Nunes et al. (2016), procuraram avaliar o nível de conhecimento dos alunos do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública mineira quanto ao conteúdo do CPC 00. Participaram da investigação 198 alunos que já haviam cursado ou que estavam cursando a disciplina Teoria da Contabilidade no primeiro semestre letivo de 2013. Os resultados sugeriram baixo nível de conhecimento dos alunos sobre o conteúdo de a estrutura conceitual, apesar de a maioria dos alunos da

amostra afirmarem já ter lido, mesmo que superficialmente, a estrutura conceitual e que possuíam um nível de conhecimento satisfatório ou mediano sobre o conteúdo desse pronunciamento. Além disso, 89% desses alunos disseram que a estrutura conceitual foi discutida em sala de aula, em uma ou mais disciplinas, sendo que, na disciplina Teoria da Contabilidade, 51% dos alunos da amostra afirmaram que o conteúdo da estrutura conceitual foi abordado. Ainda assim a pesquisa levou a concluir um baixo conhecimento do assunto por parte da amostra estudada uma vez que esses alunos acertaram, em média, 4,22 das dez questões específicas do questionário, ou seja, um desempenho abaixo de 50%. Além disso foi possível notar que o nível de conhecimento dos alunos da amostra sobre a estrutura conceitual não aumenta com o decorrer dos períodos letivos do curso. Com base nisso, os autores sugerem práticas de educação continuada para os discentes da amostra.

Malaquias et al. (2017) direcionam seu estudo a analisar o nível de conhecimento sobre contabilidade internacional entre estudantes do curso de graduação em Ciências Contábeis de dois países pertencentes ao Mercosul: o Brasil e o Paraguai. Os resultados indicaram que os respondentes dos dois países apresentaram diferentes níveis de conhecimento no que se refere às perguntas sobre as normas internacionais de contabilidade. Também foi possível notar que a intensidade de utilização das normas internacionais no dia a dia dos respondentes, a importância atribuída ao curso de Ciências Contábeis para a formação profissional e a percepção sobre o aproveitamento obtido na disciplina de Contabilidade Internacional foram fatores positivamente relacionados com o conhecimento sobre

normas internacionais de contabilidade, tal como também fatores externos como o desenvolvimento econômico dos países estudados, a extensão territorial, a quantidade de empresas de capital aberto, a representatividade em termos de mercado financeiro na região da América Latina.

Marin et al. (2014) objetivaram identificar, a partir da opinião de gestores do setor contábil, as competências em relação ao conhecimento técnico e postura profissional dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis da FEA-USP e compará-las ao que é esperado por profissionais do alto escalão do setor e por consultores de Recursos Humanos, propiciando refletir sobre melhorias futuras para a formação profissional da área. Os resultados apontaram que, em geral, os alunos se destacam pelo conhecimento teórico e postura proativa. No entanto, apresentaram deficiências em conhecimentos práticos, em liderança, e em idiomas estrangeiros, destacando-se a língua inglesa. No que diz respeito à postura profissional, a maioria dos alunos

demonstrou muita vontade de aprender e comprometimento com as tarefas que lhes foram delegadas.

Marques et al. (2012), no campo da contabilidade ambiental, procuraram identificar o nível de conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis de duas instituições de ensino superior sobre os conceitos de contabilidade ambiental e, ainda, verificar se o conhecimento sobre estes conceitos é ampliado no decorrer do curso. Observou-se que grande parte dos alunos ainda não teve contato com algum material sobre contabilidade ambiental, mesmo considerando a obrigatoriedade dada pela Lei N.º 9.795/1999. Na análise dos acertos dos alunos, a quantidade foi de 25% para os que tiveram contato com a temática e 21% para os que não tiveram contato. Desta forma, ter contato com materiais relacionados apresentou baixa influência sobre as respostas. No que diz respeito à ampliação sobre os conhecimentos de tal área, puderam concluir que o conhecimento sobre contabilidade ambiental é ampliado, ou seja, o desempenho dos alunos nas

fases superiores foi melhor em questões relacionadas à contabilidade ambiental.

Silva e Moraes (2015) optaram por pesquisar o nível de conhecimento de estudantes de Ciências Contábeis no âmbito tributário, fazendo um estudo cujo objetivo foi de demonstrar a importância atribuída ao conhecimento da disciplina de contabilidade tributária por estudantes de graduação em Ciências Contábeis de Tangará da Serra (MT). Puderam verificar pelos resultados da pesquisa que os alunos acreditam que o conhecimento contábil tributário é fornecido de forma suficiente na instituição de ensino superior. Percebeu-se também que os conteúdos programáticos não são suficientes para garantir vagas no mercado de trabalho, sendo necessário aprofundamento por parte dos alunos, mas como eles se sentem satisfeitos com a disciplina, não são motivados a se especializarem. Outro fator que se atrela a este é de que 54% dos acadêmicos têm foco somente em concursos.

03 – METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, utilizando-se da técnica *Survey* para coleta de dados. A amostra da pesquisa foi composta por estudantes matriculados no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe, no campus de Itabaiana, localizado no agreste do estado. Tal instituição foi escolhida por facilidade de acesso.

No curso há, conforme consulta à secretaria da instituição, 305 discentes vinculados. No entanto, optou-se por fazer a coleta apenas com os estudantes a partir do sexto período, pois estes já teriam cursado disciplinas que abordariam seus conteúdos a Demonstração do Valor Adicionado, tal como descrito nas

ementas do curso.

O curso é oferecido na modalidade "presencial", com ingresso anual no segundo semestre do ano. A coleta foi realizada no primeiro semestre do ano de 2019, por isso estavam em atividades os 6º, 8º e 10º períodos, pois o curso tem duração total de 5 anos. Há em média 120 alunos matriculados nesses períodos, sendo que há aqueles que cursam disciplinas referentes a essas etapas do curso, mas que, ao mesmo tempo, estão estudando matérias de períodos diferentes, pois se atrasaram no curso quer por trancamento, quer por reprovação em disciplinas específicas. Diante disso, foi possível coletar com 72 questionários, sendo que

60 foram considerados válidos para a pesquisa, visto que foram respondidos em sua completude. O formulário foi dividido em dois blocos, sendo o primeiro correspondente ao perfil de respondente e o segundo com questões extraídas do Pronunciamento Contábil 09, que trata da DVA. O questionário foi aplicado apresentado para 5 professores da área contábil que propuseram melhorias para a apresentação. Em seguida, o instrumento de pesquisa foi aplicado com 15 estudantes que não apresentaram dúvidas quanto à forma de apresentação das questões, alcançando-se, assim, o questionário final para o estudo, o qual é sintetizado no Quadro 2.

Bloco	Perguntas
Bloco 1 – Perfil do respondente	Gênero, Período do curso, Situação profissional, Percepção sobre o nível de conhecimentos sobre a DVA.
Bloco 2 – Conhecimento sobre a DVA	A distribuição da riqueza deve ser detalhada, minimamente da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis;
	Na DVA a receita com vendas deve ser apresentada líquida de impostos. O resultado de equivalência patrimonial deve ser considerado como valor adicionado recebido em transferência. Na DVA o valor do custo das mercadorias vendidas deve ser apresentado levando em conta os impostos pagos na compra, tais como ICMS, PIS, COFINS, IPI mesmo que sejam recuperáveis. O valor do INSS pago referente à parte do empregador, deverá ser considerado como distribuição de riqueza com pessoal na DVA. Na distribuição de riqueza relacionada com capital de terceiros, os alugueis deverão incluir aqueles valores pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos, exceto as despesas com arrendamento operacional. Apenas companhias abertas são obrigadas a elaborar a DVA, conforme a lei 6.404/76 Despesa com empregados terceirizados deve ser considerado distribuição de riqueza com pessoal. Valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria de empregados, etc devem ser considerados como distribuição de riqueza com pessoa. São consideradas como distribuição de riqueza referente à remuneração de capitais próprios: Juros sobre o capital próprio, Lucros ou prejuízos retidos.

Quadro 2 – Resumo do questionário

Fonte: elaborado pelos autores

Ressalta-se que na pergunta do perfil: "Percepção sobre o nível de conhecimento sobre a DVA" foi solicitado que o estudante informasse uma nota que ele considerasse para seu nível de conhecimento sobre o tema em questão, sendo que essa nota deveria ser apresentada em uma escala de 0 a 5, onde 0 significaria que o discente considerava que não tinha nenhum conhecimento sobre o tema e 5 que tinha muito conhecimento. Outro ponto a ser elucidado é que o segundo

bloco do questionário foi apresentado sob forma de assertivas em que o estudante deveria marcar se a afirmação estava verdadeira ou falsa. Caso o aluno acertasse, era atribuído 1 ponto, na situação de erro era atribuído ponto 0. Como o questionário era formado de 10 questões, cada estudante poderia alcançar nota máxima de 10 pontos, caso acertasse no julgamento de todas as sentenças. Os dados foram tabulados no Excel e

inicialmente foram analisados sob os moldes da estatística descritiva para conhecer os traços da amostra. Em seguida, houve a análise inferencial, por meio do teste qui-quadrado, visando verificar possíveis diferenças entre os grupos da amostra. Em outras palavras, o objetivo dessa segunda análise era verificar se o perfil do respondente afetaria seu nível de conhecimento sobre o demonstrativo que é objeto de estudo desse trabalho.

04 - RESULTADOS

4.1 ESTUDOS ANTERIORES

4.1.1 Características da amostra

A amostra foi composta por discentes do curso de Ciências Contábeis de uma universidade federal localizada no agreste sergipano. Um total de 53,33% dos respondentes declararam-se do gênero masculino. Diante da temática da pesquisa, optou-se por realizar o estudo com estudantes a partir do sexto período. Por isso, 40,00% dos participantes da amostra estavam no oitavo período, sendo que 38,33% no

sexto período e 21,67% no décimo.

Quanto à situação profissional, 48,33% dos estudantes estavam trabalhando em atividades diferentes da contabilidade; 38,33% estavam atuando na área contábil; e 13,33% não estavam trabalhando no momento.

No que tange à percepção do autoconhecimento sobre a DVA, foi solicitado que o discente enumerasse

de 0 a 5 seu nível de conhecimento sobre esse demonstrativo. A média da amostra foi de 1,47, ou seja, os respondentes consideram-se com baixo conhecimento. Detalhando esse resultado, tem-se que 33,33% marcaram nota dois, 30% nota zero, 16,67% colocaram nota 1 e também nota 3. Por fim, apenas 3,33% informaram que se conceituaram como nota quatro.

4.1.2 Nível de acertos nas questões sobre DVA

Para cada resposta apresentada pelo estudante, foi dado o conceito de Certo e Errado, onde (1) significava que a resposta estava correta e (0) que o discente respondeu errado. Como foram colocadas

10 perguntas sobre o tema proposto, para cada participante da pesquisa foi atribuída uma nota de 0 a 10. Constatou-se que a média dos alunos foi de 5,27 distribuídas tal como sumarizado no gráfico 1. Destaca-se

que este resultado é um pouco maior do que o apresentado no estudo de Nunes et al. (2016) sobre o Pronunciamento Contábil – Estrutura Conceitual, cujos alunos tiveram uma média de , 4,22.

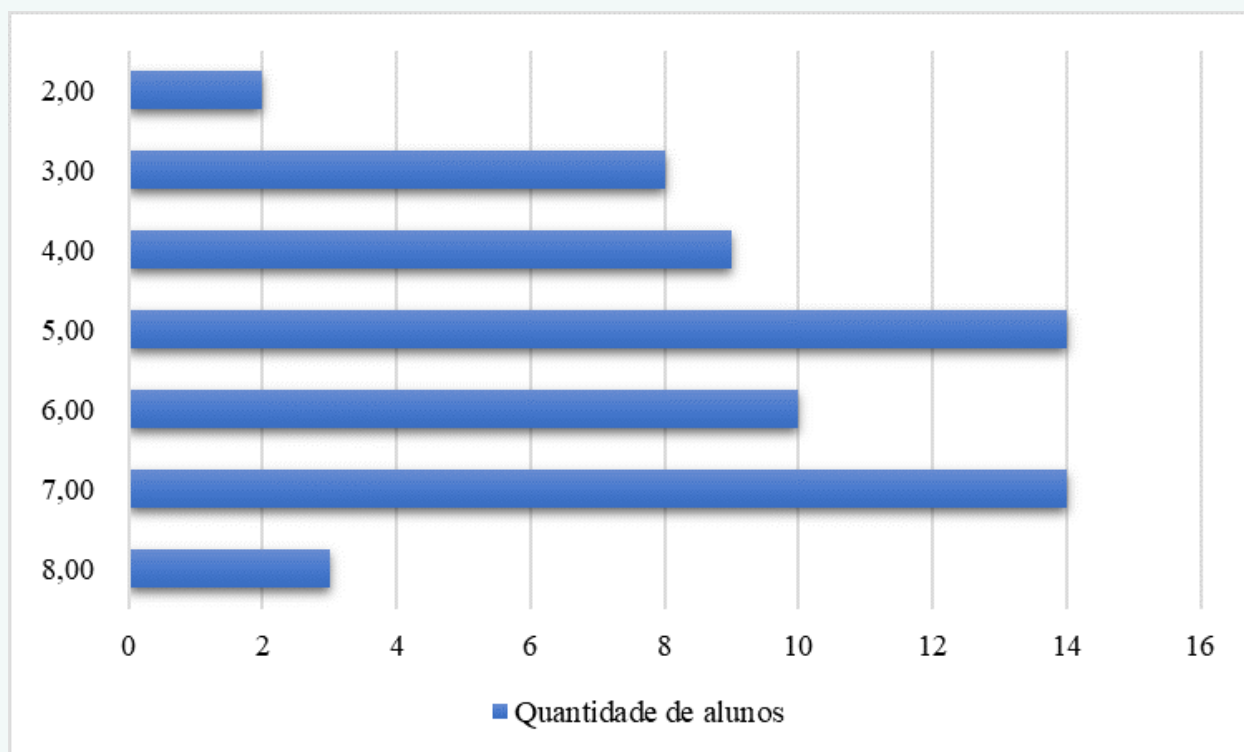


Gráfico 1 – Notas distribuídas por alunos. Fonte: dados da pesquisa.

No que tange ao nível de acerto por assertiva, tem-se que aquela que obteve o maior percentual de respostas corretas foi: "São consideradas como distribuição de riqueza referente à remuneração de capitais próprios: Juros sobre o capital próprio, Lucros ou prejuízos acumulados". A resposta certa seria que tal afirmação está verdadeira, conforme item 15 do Pronunciamento Contábil 09. 76,67% dos participantes da pesquisa marcaram a opção

"verdadeiro" para esta afirmação.

Por outro lado, a questão com menor percentual de acerto foi: "A distribuição de riqueza deve ser detalhada, minimamente da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis".

A resposta que deveria ser dada pelos estudantes era de que a afirmação estava falsa, isso porque o item 6 do Pronunciamento Contábil 09 traz que a distribuição da riqueza criada deve ser

detalhada, minimamente, da seguinte forma: (a) pessoal e encargos; (b) impostos, taxas e contribuições; (c) juros e aluguéis; (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; (e) lucros retidos/prejuízos do exercício. No entanto, apenas 25,00% da amostra respondeu corretamente à questão.

A Tabela 1 sumariza os resultados, apontando qual a resposta correta para a questão e o percentual de erros e acertos da amostra da pesquisa.

Assertiva	Resposta correta	% de Acertos	% de Erros
A distribuição da riqueza deve ser detalhada, minimamente da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis.	FALSO	25,00%	75,00%
Na DVA a receita com vendas deve ser apresentada líquida de impostos.	FALSO	35,00%	65,00%
O resultado de equivalência patrimonial deve ser considerado como valor adicionado recebido em transferência.	VERDADEIRO	58,33%	41,67%
Na DVA o valor do custo das mercadorias vendidas deve ser apresentado levando em conta os impostos pagos na compra, tais como ICMS, PIS, COFINS, IPI mesmo que sejam recuperáveis.	VERDADEIRO	60,00%	40,00%
O valor do INSS pago referente à parte do empregador, deverá ser considerado como distribuição de riqueza com pessoal na DVA.	FALSO	58,33%	41,67%
Na distribuição de riqueza relacionada com capital de terceiros, os aluguéis deverão incluir aqueles valores pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos, exceto as despesas com arrendamento operacional.	FALSO	48,33%	51,67%
Apenas companhias abertas são obrigadas a elaborar a DVA, conforme a Lei N.º 6.404/1976.	VERDADEIRO	55,00%	45,00%
Despesa com empregados terceirizados deve ser considerado distribuição de riqueza com pessoal.	FALSO	56,67%	43,33%
Valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria de empregados, etc, devem ser considerados como distribuição de riqueza com pessoa.	VERDADEIRO	53,33%	46,67%
São consideradas como distribuição de riqueza referente à remuneração de capitais próprios: Juros sobre o capital próprio, Lucros ou prejuízos retidos.	VERDADEIRO	76,67%	23,33%

Tabela 1 – Respostas por assertiva apresentada no questionário

Fonte: dados da pesquisa.

Considera-se que assim como na pesquisa de Galvão et al. (2019) que apontou que a DVA é um dos demonstrativos menos conhecidos pelos discentes de Ciências

Contábeis, o presente estudo alinha-se à pesquisa anterior supracitada, pois revelou um baixo nível de acerto por parte dos estudantes das questões específicas

sobre esse demonstrativo. Em seguida foi verificado se o perfil do respondente tem relação com seu nível de acerto nas questões.

4.2 ANÁLISE INFERENCIAL

A análise inferencial foi realizada com o objetivo de verificar se havia diferenças entre os grupos da amostra nos seus níveis de conhecimento sobre a Demonstração do Valor Adicionado. Constatou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os participantes da pesquisa. No caso do gênero, homens e mulheres apresentaram praticamente a mesma média de acertos nas perguntas do questionário (homens, média de 5,06 e mulheres de 5,5) diferentemente de resultados como os de Feil et al. (2015) que evidenciam diferenças entre os gêneros no nível de conhecimento sobre algumas temáticas contábeis.

Na percepção do autoconhecimento sobre a temática os alunos que se autoavaliaram com notas 3 e 4 tiveram média 5,5, enquanto os que se

autoavaliaram com notas 0, 1 e 2 tiveram média 5,21, na contramão do estudo de Galvão et al. (2018), que destacou que quanto maior é a percepção dos estudantes de administração sobre seu próprio conhecimento acerca dos demonstrativos contábeis, maior é a sua propensão a acertar as perguntas relativas às peças contábeis.

No caso do período de curso, a média dos alunos do sexto período foi de 4,83; do oitavo 6,09 e 4,53, diferenciando-se do estudo de Marques et al. (2012), que destacou que quanto mais avançado o período maior era o nível de conhecimento dos estudantes, sendo que o tema do estudo citado era contabilidade ambiental. Por outro lado, a pesquisa se alinha ao estudo de Nunes et al. (2016), que, ao analisar

o conhecimento dos estudantes sobre a estrutura conceitual da Contabilidade, alcançaram o resultado de que o período não exerce influência no nível de conhecimento do discente, nem pela situação profissional (aqueles que trabalhavam na área contábil obtiveram uma média de 5,52; os que trabalhavam em outra área 5,24 e os que não estavam trabalhando no momento da pesquisa alcançaram média de 4,625).

Com a aplicação do teste qui-quadrado, percebeu-se que as diferenças existentes entre as médias não tinham significância estatística. Em outras palavras, não seriam explicadas pelas características do perfil do respondente. A Tabela 2 apresenta os resultados do teste, corroborando assim com os comentários aqui realizados.

<i>Variáveis</i>	<i>χ²</i>	<i>Valor-p</i>	<i>Significância estatística</i>
Gênero e Conhecimento DVA	7,48565	0,278257	Não significativo
Autoconhecimento e conhecimento DVA	25,1557	0,39734	Não significativo
Período e DVA	13,2545	0,350819	Não significativo
Situação profissional	6,0479	0,913648	Não significativo

Tabela 2 – Resultados do teste qui-quadrado

Fonte: dados da pesquisa

05 – CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi verificar o nível de conhecimento de estudantes de ciências contábeis sobre a Demonstração do Valor Adicionado. Para tal, realizou-se um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, utilizando-se da técnica *Survey* para coleta de dados. A amostra da pesquisa foi composta por estudantes do 6º, 8º e 10º períodos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe, no campus de Itabaiana, localizado no agreste do estado. Os alunos desse período foram escolhidos, pois já teriam cursado disciplinas que abordariam em seus conteúdos a Demonstração do Valor Adicionado.

No questionário seria possível que os estudantes alcançassem 10 pontos, caso acertassem todas as questões. No entanto, os estudantes alcançaram uma média de 5,27. Em outras palavras, há um baixo conhecimento dos discentes sobre o demonstrativo em questão.

O ponto em que houve mais acerto dos discentes foi “São consideradas como distribuição de riqueza referente à remuneração de capitais próprios: Juros sobre o capital próprio, Lucros ou prejuízos acumulados”, pois 76,67% dos estudantes julgaram corretamente a questão como verdadeira. Por outro lado, a assertiva “A distribuição de riqueza deve ser detalhada, minimamente da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis” foi aquela com maior percentual de julgamento errado, pois

a afirmação está falsa, no entanto, 75,00% dos respondentes marcaram que ela estava verdadeira.

Ao realizar a análise inferencial, constatou-se que não havia diferenças entre os grupos da amostra nos seus níveis de conhecimento sobre a Demonstração do Valor Adicionado. Constatou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os participantes da pesquisa, quer por gênero, período do curso, situação profissional, nem por percepção do autoconhecimento. Em outras palavras, estudantes de ambos os gêneros possuem o mesmo conhecimento sobre DVA; o período não exerce influência, ou seja, os alunos mais avançados no curso não apresentaram um aumento na *expertise* sobre a temática; o fato do discente trabalhar ou não na área também não agregou mais familiaridade com a temática; nem o fato do discente acreditar que sabe mais ou menos sobre o assunto interferiu no seu nível de acerto das questões.

Assim, entende-se que o objetivo do estudo foi alcançado e que ainda há muito o que melhorar no ensino desse demonstrativo na instituição em questão. Apesar de ter alcançado seu desiderato, a pesquisa tem limitações, pois apenas alguns pontos da DVA foram abordados no questionário, sendo que outros detalhes poderiam ser discutidos. Além disso, a amostra da pesquisa foi pequena e se restringiu a uma única instituição. Por isso, recomenda-se a aplicação do

formulário em outras universidades e faculdades para uma comparação dos resultados, bem como uma ampliação dele, abordando outros itens que não foram apresentados neste estudo. Adicionalmente, outros trabalhos podem utilizar a mesma ideia do presente artigo e realizar levantamentos sobre o nível de conhecimento acerca de outros demonstrativos.

Mas, apesar de suas limitações à pesquisa, contribuiu para trazer uma reflexão sobre o ensino contábil, podendo ser utilizada como parâmetro para que docentes avaliem seus trabalhos em sala de aula e procurem constantemente avaliar o conhecimento de seus discentes sobre temas importantes para nossa ciência, a fim de conhecer possíveis deficiências no processo de ensino e assim corrigi-las a tempo dos estudantes entrarem no mercado de trabalho, de forma que estes adentrem nas empresas com a *expertise* necessária para uma boa atuação profissional.

A pesquisa também pode ajudar docentes a avaliarem os pontos que precisam ser reforçados em sala, bem como em atividades preparatórios para o Exame de Suficiência e Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), com o objetivo de melhorar o performance dos alunos nessas avaliações que são importantes para agregar valor aos cursos, aos diplomas dos bacharéis e que permitiram uma efetiva participação destes no mercado.

REFERÊNCIAS

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Demonstração do Valor Adicionado. Ano: 2008. Disponível em: < http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf >. Acesso em: 22/04/2019.

FEIL; A.A.; HABERKAMP; A.M.; AZEREDO; A.J.; ORSO; T.M.; KRONBAUER; C.A.; HAETINGER; C. Análise Do Nível De Conhecimento Do Profissional Contábil Acerca Da Contabilidade Ambiental E Suas Variáveis Intervenientes. Revista Ambiente Contábil, v. 9, n. 1, p. 223-245, 2 jan. 2017

GALVÃO; N.M.S.; LIMA; A.C.; SANTOS; L.L.P. Estrutura das Demonstrações Contábeis: Um Estudo do Nível de Conhecimento de Estudantes de Administração. Revista de Contabilidade e Gestão Contemporânea, v.1, n.2, p.75-89, julho a dezembro de 2018.

GALVÃO; N.M.S.; LIMA; A.C.; SANTOS; .W.B. Estrutura e finalidade das demonstrações contábeis: um estudo do nível de conhecimento de estudantes de ciências contábeis. Revista Ambiente Contábil, v. 11, n. 1, p. 237-258, 8 dez. 2018.

MACÊDO; J.M.A.; PEREIRA; L.A.C.; ANJOS; L.M.; RIBEIRO FILHO; J.F.

LOPES; J.E.G.; SILVA; D.J.C. Informação Contábil: Usuário Interno, Externo e o Conflito Distributivo. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.1, set./dez., 2008.

MACHADO, Márcio André Veras; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MACHADO, Márcia Reis. Análise da Relevância do Conteúdo Informacional da DVA no Mercado Brasileiro de Capitais. Revista Contabilidade & Finanças. – USP, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 57-69, jan./fev./mar./abr. 2015.

MALAQUIAS; R.F.; VERGARA; N.R.; SILVA; E.C. Convergência Contábil E Conhecimento Sobre Normas Internacionais De Contabilidade: Uma Análise Do Entendimento Dos Futuros Profissionais De Dois Países. Revista Ambiente Contábil –v. 9. n. 1, p. 185 – 203, jan./jun. 2017.

MARIN, T. I. S.; DE LIMA, S. J.; CASA NOVA, S. P. DE C. Formação do Contador – o que o Mercado quer, é o que ele tem? um Estudo sobre o Perfil Profissional dos Alunos de Ciências Contábeis da FEA-USP. Contabilidade Vista & Revista, v. 25, n. 2, p. 59-83, 11 maio 2015.

MARQUES; T.O.; SHULTZ; C.A.; HOFER; E. Contabilidade ambiental: uma análise

do conhecimento dos alunos de dois cursos de Ciências Contábeis. Revista Ciências Sociais em Perspectiva, v.11, n.20, 2012.

MELO, Felipe Luiz de, et al. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Um estudo sobre a destinação da riqueza nas regiões brasileiras. Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 68-92, Maio/Ago., 2017.

NUNES; I.V.; MARQUES; A.V.C.; COSTA; P.S. Nível De Conhecimento Dos Discentes Em Ciências Contábeis Sobre O Pronunciamento Conceitual Básico. Revista Universo Contábil, v. 12, n. 1, p. 87-104, jan./mar., 2016

RIBEIRO FILHO; J.F.; LOPES; J.; PEDERNEIRAS; M. (Organizadores). Estudando Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos. Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA. 2ª ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA; .A.; MORAIS; M.I. Contabilidade Tributária: Percepção Da Importância Do Conhecimento Da Disciplina Por Discentes De Uma Instituição De Ensino Superior De Tangará Da Serra – MT. Revista UNEMAT de Contabilidade, v.4, n.7, p.24 – 51, 2015.

STEVENS KROETZ, César Eduardo; NEUMANN, Marguit. Responsabilidade Social e a Demonstração do Valor Adicionado. Revista Desenvolvimento em Questão. Ano 6, n. 11, p. 154-178, jan./jun. 2008.



GABRIEL SANTOS DE JESUS

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) campus de Itabaiana.



NADIELLI MARIA DOS SANTOS GALVÃO

Professora Assistente da Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus de Itabaiana. Mestra e Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro Acadêmico da Academia Sergipana de Ciências Contábeis.



VALDENES RODRIGUES DE REZENDE

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) campus de Itabaiana.